



# Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas

Clécio Danilo Dias da Silva  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



# Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas

**Clécio Danilo Dias da Silva  
(Organizador)**

**Atena**  
Editora

Ano 2021



**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido



Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis



Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Formação docente: experiências metodológicas, tecnológicas e práticas

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Clécio Danilo Dias da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F723 Formação docente: experiências metodológicas, tecnológicas e práticas / Organizador Clécio Danilo Dias da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-732-1

DOI 10.22533/at.ed.321211801

1. Formação de professores. 2. Formação docente. 3. Professor. 4. Graduação. I. Silva, Clécio Danilo Dias da (Organizador). II. Título.

CDD 370.71

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.



## APRESENTAÇÃO

Ser um docente requer a existência de conhecimentos específicos, estratégias e métodos vinculados à atuação profissional em sala de aula. Esses aspectos são desenvolvidos e aprimorados durante a formação inicial em cursos de licenciatura. Nesse contexto, a formação docente se constitui no ato de formar um professor, educar o futuro profissional para o exercício do magistério. Envolve uma ação a ser desenvolvida com alguém que vai desempenhar a tarefa de educar, de ensinar, de aprender, de pesquisar e de avaliar. Contudo, na contemporaneidade, percebe-se uma carência de políticas públicas que assegurem aos docentes uma profícua formação, falta de incentivos financeiros para essa formação, capacitações frequentes, tampouco a valorização profissional.

Essa situação, tem se destacado nos últimos anos, o que possibilitou o desenvolvimento de grupos de estudos e criação de programas de pós-graduação nas universidades em todo o mundo, inclusive no Brasil, os quais fomentam as pesquisas e produções nos diversos aspectos relacionado Educação e a formação docente.

Dentro deste contexto, a coleção intitulada “Formação docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas” tem como foco principal a apresentação de trabalhos científicos relacionados a formação inicial e continuada de professores. Os volumes abordam em seus capítulos de forma categorizada e interdisciplinar diversas pesquisas, ensaios teóricos, relatos de experiências e/ou revisões de literatura que transitam nas diversas áreas de conhecimentos tendo como linha condutora a formação docente.

Espera-se que os volumes relacionados à essa coleção subsidiem de forma teórica e prática o conhecimento de graduandos, especialistas, mestres e doutores e todos aqueles que de alguma forma se interessam por estudos envolvendo a formação docente. Para finalizar, parabênizo a iniciativa e estrutura da Atena Editora, a qual proporciona uma plataforma consolidada e confiável para que pesquisadores de diversas localidades do país divulguem suas produções científicas.

Desejo a todos uma boa leitura!

Clécio Danilo Dias da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
POR UMA PRÁTICA DOCENTE CRÍTICA	
Verônica Pereira de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.3212118011	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Cláudia Regina Paese	
Ana Lucy Martins Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3212118012	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>17</b>
FORMAÇÃO DOCENTE, PENSAMENTOS INDÍGENA, DE(S)COLONIAL E FILOSOFIAS AFRICANAS NA DISCIPLINA FILOSOFIA DO CURSINHO POPULAR DARCY RIBEIRO	
Heiberle Hirsberg Horácio	
DOI 10.22533/at.ed.3212118013	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>28</b>
A APLICABILIDADE DA LEI FEDERAL 10639/03: DESAFIOS E POSSIBILIDADES – A EXPERIÊNCIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTOS/SP	
Sandra Regina Pereira Ramos	
Adriana Negreiros Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3212118014	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>39</b>
DISPUTAS PELA LIBERDADE DE ENSINO: ENTRE O CONSERVADORISMO E A AUTONOMIA PEDAGÓGICA	
Viviane Merlim Moraes	
Sílvia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3212118015	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS	
Lidnei Ventura	
Klalter Bez Fontana	
Grasiele Cristina Schumann	
DOI 10.22533/at.ed.3212118016	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DAS DISSERTAÇÕES E TESES PUBLICADAS A PARTIR DE 2003 NA BIBLIOTECA DIGITAL DO IBICT	
Renato Barros de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.3212118017	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
FORMAÇÃO DOCENTE E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	
Leandro dos Santos	
Jailda Evangelista do Nascimento Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3212118018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>90</b>
CADASTRAMENTO DOS DISCENTES MEDIANTE A POLÍTICA DE COTAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS. A POLÍTICA DE COTAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS: ACOLHIMENTO E CADASTRAMENTO DOS DISCENTES	
Flávia Silva Rocha	
Fabiana de Oliveira Lobão	
Ronise Nascimento de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3212118019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>99</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PORTAL DO PROFESSOR DO MEC: ARTICULAÇÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA ESCOLAR	
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes	
Sílvia Maria Cintra da Silva	
Márcia Helena da Silva Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>113</b>
A PROBLEMÁTICA DO BULLYING NA ESCOLA: REFLEXÕES E DESAFIOS PARA A GESTÃO E A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	
Lucyvânia D'arc Duarte Ribeiro	
Raimunda Rita de Cássia Nascimento Silva	
Sandra de Sousa Duarte	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>121</b>
A PRÁTICA DOCENTE EM UM CURSO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO: UMA PROPOSTA DE REVISÃO CURRICULAR	
Josemar Soares Carvalho	
Katia Gonçalves Castor	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>132</b>
A CONSCIÊNCIA FONÊMICA COMO PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO NO PROGRAMA ALFA E BETO: UMA VISÃO DA PRÁTICA DOCENTE	
Wellington Carvalho de Arêa Leão	
Sílvia Carvalho de Almeida Santos	
Josélia Maria da Silva Farias	
Islane Silva de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180113</b>	



<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>150</b>
A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DA ATIVIDADE DE PESQUISA NO PARFOR E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA INSERÇÃO DE TRABALHOS COM PERIÓDICOS	
Aline de Carvalho Moura	
Joyce da Costa Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180114</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>156</b>
LITERACIA DIGITAL DOCENTE: COMPETÊNCIA ADQUIRIDA NA FORMAÇÃO DE PROFESSOR POR MEIO DO <i>M-LEARNING</i>	
Andréia Cristina Nagata	
Paulo Rurato	
Pedro Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180115</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>167</b>
TECNOLOGIAS DIGITAIS E A ESCOLA DO FUTURO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES	
Marcelo Messias Henriques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180116</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>185</b>
REFLEXÕES SOBRE O USO DO <i>YOUTUBE</i> EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Alessandro Segala Romano	
Rosália Maria Netto Prados	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180117</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>195</b>
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR: DISCUSSÕES FRENTE AOS PARADIGMAS DE EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Etiene Abreu	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180118</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>206</b>
MESTRADO PROFISSIONAL NA FORMAÇÃO DE DOCENTES E PRECEPTORES DA ÁREA DA SAÚDE: A PRÁTICA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	
Rosana Brandão Vilela	
Adenize Ribeiro	
Nildo Alves Batista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180119</b>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>220</b>
MEMÓRIAS (DE) EDUCADORAS: OS PERCURSOS QUE NOS FIZERAM SER QUEM SOMOS E A NOVA SITUAÇÃO EDUCACIONAL	
Paula de Camargo Penteadó	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180120</b>	

<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>234</b>
<b>PROME: MEDIAÇÃO ENTRETURMAS NA INTEGRAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UERJ</b>	
Deborah Isabel Taboada Carballo	
Florence Mendez Casariego	
Lais Ferreira	
Luciana Velloso	
Luiza Helena Rizzo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180121</b>	
<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>243</b>
<b>FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR NOS CURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>	
Janete Otte	
Jair Jonko Araújo	
Miguel Alfredo Orth	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180122</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>257</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>258</b>

# CAPÍTULO 4

## A APLICABILIDADE DA LEI FEDERAL 10639/03: DESAFIOS E POSSIBILIDADES – A EXPERIÊNCIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTOS/SP

Data de aceite: 04/01/2021

Data de submissão: 06/10/2020

**Sandra Regina Pereira Ramos**

Secretaria Municipal de Educação  
Santos/SP  
ID Lattes: 5011510421187903

**Adriana Negreiros Campos**

Secretaria Municipal de Educação  
Santos/SP  
ID Lattes: 8052388094172636

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo expor algumas considerações sobre a aplicação da Lei nº 10.639/03 na rede pública municipal de ensino do município de Santos. O referido preceito legal instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e cultura africana e afro-brasileira no currículo das escolas públicas e privadas de todo o território nacional. Pretende-se apresentar o projeto implementado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), elencando apontamentos sobre questão da lei em si e sua prática, os obstáculos enfrentados junto à comunidade escolar e propostas para que se alcance a conscientização da sociedade sobre a necessidade de se respeitar e valorizar à diversidade étnico-racial e cultural brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei nº 10. 639/03, currículo, comunidade escolar.

THE APPLICABILITY OF FEDERAL  
LAW 10639/03: CHALLENGES AND  
POSSIBILITIES - THE EXPERIENCE OF  
THE MUNICIPAL PUBLIC NETWORK OF  
TEACHING IN SANTOS/SP

**ABSTRACT:** This article aims to expose some considerations on the application of Law No. 10.639/03 in municipal public schools in the city of Santos. The legislative provision instituted the compulsory teaching of history and African culture and african -Brazilian in the curriculum of public and private schools across the country. It is intended to present the project implemented under the Municipal Education Santos , listin notes on question of law itself and its practice , the obstacles faced by the school community and proposals for achieving the awareness of society about the need for to respect and value the ethnic and racial diversity and cultural Brazilian .

**KEYWORDS:** Law No. 10. 639/03 , curriculum, school community.

Após um processo histórico pautado em um cenário de lutas e reivindicações da população negra, iniciada com a formação dos quilombos, irmandades religiosas, imprensa negra, teatro negro, promulgação da Constituição e atuação do movimento negro; a promulgação da Lei nº 10.639, em 09 de janeiro de 2003<sup>1</sup>, insurgiu na esfera educacional como pilar da democratização da Educação e da garantia de isonomia ao acesso aos bens culturais

1. A Lei nº 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9394/96, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental e ensino médio.

e históricos aos estudantes brasileiros e exigiu a mudança de paradigmas que durante séculos permearam um contexto de ampla dominação e exclusão (MUNANGA, 2000).

A Lei nº 10639/03 delegou à escola a responsabilidade de trabalhar o tema da cultura e história africana e afro-brasileira nas disciplinas dos anos iniciais, finais e ensino médio, sobretudo nas áreas de História, Literatura e Arte, objetivando a valorização da diversidade e o auto-respeito. Tais medidas visaram à retirada do entulho colonialista e escravista que permaneceu nas portas das escolas e das mentes de educadores, artistas e demais agentes sociais, trazendo novas histórias, sujeitos e fatos que foram marginalizadas na educação formal.

Contudo, mesmo que a intervenção no currículo determinada pela Lei 10.639/03 possa ser considerada um avanço para o reconhecimento e a problematização da questão racial, ainda se presencia no ambiente escolar a negação do racismo, muitas vezes manifestada pelo silêncio dos protagonistas escolares frente às manifestações de preconceito e de discriminação racial. (FERNANDES, PEREIRA e NOGUEIRA, 1989)

O desconhecimento que temos da África e da história dos africanos e seus descendentes no Brasil vincula-se ao posicionamento político de nossas estruturas de poder presentes e fundamentadoras dos assuntos educacionais. Muitos são os esforços e o empenho de diversos pesquisadores em refletir sobre a temática, como Serrano e Waldman, que reconhecem que, “mesmo que nos últimos anos têm sido realizadas mais iniciativas em prol da afroeducação do que a totalidade recentes, há muito a ser feito nesse campo”.(SERRANO e WALDMAN, 2007, p.15)

Em 08 de março de 2008, atendendo à justa reivindicação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi novamente alterada em seu artigo 26A, incluindo a Cultura Indígena à obrigatoriedade legal por meio da Lei nº 11.645. Todavia, por não ter sido expressamente revogada, a Lei 10639/03 será referenciada neste artigo diante da atuação da Secretaria de Educação de Santos junto ao contexto que acerca a população negra, tal opção considera a próxima relação étnico-racial que se estabelece entre a sociedade santista e a cultura africana e afro-brasileira.

Após dezessete anos da promulgação da Lei nº 10.639/03 e diante das relações raciais da sociedade brasileira atualmente, poderíamos concluir que a situação da população afrodescendente se manteve inalterada, porém, isto seria um reflexo superficial a respeito de um tema tão complexo e que necessita de uma análise mais profunda.

A obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica, para além de ser considerada uma ação política, repercutiu de forma abrangente nas políticas educacionais adotadas, principalmente pela escola pública sempre submetida à respostas mais efetivas da sociedade e das instituições responsáveis pelo cumprimento das leis e garantia de direitos, como o Poder Judiciário e o Ministério Público.

A partir da análise do corpo da Lei nº 10.639/03 e suas diretrizes, percebemos que as novas abordagens propostas trouxeram à tona não somente questões cotidianamente tratadas no currículo escolar, como o tráfico negreiro e a escravidão, mas sim uma discussão profunda sobre o que é ser negro no Brasil. Buscou-se um projeto educacional que, aliado a outras políticas afirmativas, desencadeasse um reconhecimento da identidade e o resgate da autoestima da comunidade afrodescendente brasileira a fim de despertar um sentimento de pertencimento a um povo.

Enquanto Secretaria de Municipal Educação – citada neste trabalho como SEDUC, optamos pela introdução de novos objetos de conhecimento no currículo, um rearranjo precisa ser realizado a partir da definição de novas prioridades e adoção de uma postura crítica. Neste sentido, a proposta foi contemplar novas abordagens ocultadas historicamente pela sociedade e escola.

Percebemos, durante a construção desse processo que nossa ação precisava ultrapassar os bancos escolares, pois a aplicação da lei nº 10.639/03 trouxe para a agenda das discussões sociais a complexidade das relações raciais na sociedade brasileira, gerida a partir do binômio escravizados e escravocratas, cuja representação social e experiências de subalternidades produziram um engessamento de lugares, sujeitos e fatos hegemônicos.

Neste contexto, o Poder Público Municipal assumiu seu papel de executor de políticas públicas voltadas à diversidade étnica e cultural que sistematizassem na comunidade escolar e, em grupos mobilizados, a igualdade racial.

## **1 | AÇÕES AFIRMATIVAS COMO POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL**

Desde 2004, trabalhando no âmbito da SEDUC, atuamos em diferentes frentes, tais como: formação de professores, desenvolvimento de projetos, confecção de material pedagógico, avaliações institucionais e, principalmente, como representantes em diversas instâncias públicas e privadas, em espaços voltadas à discussão da diversidade étnica, o que nos fez perceber que, na prática, o cumprimento da Lei nº 10.639/03 vai muito além de uma alteração curricular.

Nesse artigo, iremos apresentar o caminho trilhado por toda a rede pública municipal em busca de uma Educação igualitária e de qualidade. Para um maior entendimento dos desdobramentos que demandaram, e ainda demandam, o cumprimento do referido estatuto legal, são expostos aqui os desafios e as conquistas de uma política pública educacional voltada à garantir o respeito à diversidade e a justiça social numa sociedade tão desigual.

Buscamos, ainda, refletir sobre a importância da Educação no combate à discriminação racial e a necessidade da valorização da diversidade étnica junto ao corpo docente e discente das escolas, gerando debates e estimulando valores e comportamentos de respeito, solidariedade e tolerância, para isso contextualizamos nossas ações.

A cidade de Santos está localizada no litoral paulista e é hoje a 10ª maior cidade do Estado de São Paulo, com uma população de 433.153 habitantes. Em realção à educação, possui, 85 (oitenta e cinco escolas), designadas como Unidades Municipais de Educação (UME), que se espalham pelos seus 271 km<sup>2</sup> de extensão territorial.

Historicamente, Santos é conhecida como reduto abolicionista, por seus quilombos urbanos, por ser terra natal de José Bonifácio de Andrada e Silva, patriarca da Independência e defensor da abolição da escravatura e de Quintino de Lacerda, primeiro vereador negro brasileiro e líder do Quilombo do Jabaquara, bem como pelos seus movimentos sociais e políticos em defesa da liberdade durante os séculos XIX e XX.

Diante deste cenário foram diversas as demandas a serem absorvidas pela esfera educacional no município, a partir do ano de 2003, ao assumir a responsabilidade de fazer cumprir a Lei nº 10.639/03.

A SEDUC reconheceu como demanda imediata, a necessidade de desenvolver junto ao corpo docente das UMEs um projeto que promovesse a discussão sobre a diversidade étnico-cultural do nosso povo, pois “as finalidades do sistema educacional e as competências dos professores não podem ser distanciadas tão facilmente” (PERRENOUD, 2002, p.12).

A proposta foi contemplar educadores da Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos no intuito de sensibilizar seus olhares para temas como preconceito e discriminação, refletindo sobre as relações sociais pautadas pelo “mito da democracia racial”<sup>2</sup>.

O primeiro obstáculo encontrado foi a inexistência de professores especialistas na área para coordenar a proposta de formação docente que discutisse a questão. Para tanto, optou-se por investir em seus próprios profissionais, subsidiando a frequência em cursos disponibilizados pela Universidade de São Paulo(USP) e Pontifícia Universidade Católica (PUC) – São Paulo, que nos ano início do século XXI eram as únicas instituições educacionais, no estado de São Paulo, a ministrar sobre História da África e do negro no Brasil em nível de pós-graduação.

Na esfera institucional, em conjunto com a Coordenadoria de Promoção de Igualdade Étnico-racial do Município de Santos (COPIRE) e demais entidades representantes das diversas etnias, foi realizada, a 1ª Conferência Regional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no ano de 2005, com a participação da grande maioria dos municípios da Baixada Santista.

Com a finalidade de participar efetivamente na formulação de propostas para a implementação da Lei nº 10.639/03, a SEDUC realizou uma pré-conferência com os educadores da rede pública municipal, onde ficaram estabelecidas ações prioritárias

---

2. A partir de 1930, intelectuais incorporam em seus discursos a expressão “democracia racial” acompanhava o imaginário social brasileiro que acreditava no fim do racismo. Porém, segundo MUNANGA (2000), a falsa ilusão de uma igualdade de condições entre brancos e negros, fez com que o racismo velado perpetuasse as relações raciais no Brasil, transformando a sonhada democracia racial em um mito.



que poderiam ser efetivadas a curto, médio e longo prazo. Por decisão unânime dos participantes da pré-conferência, a abordagem do tema junto à comunidade escolar seria, primeiramente, a questão do respeito às diferenças.

Como consequência da grande representatividade na referida conferência e a participação efetiva nas decisões que versavam sobre políticas educacionais a partir da Lei nº 10.639/03, a SEDUC foi convidada a participar da 1ª Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. As propostas referendadas pelos educadores da rede pública municipal de ensino Santos foram levadas a termo na 1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ambas realizadas em 2005, momento de execução da política pública a ser implementada em âmbito municipal.

Neste sentido, em cumprimento ao estabelecido na 1ª Conferência Regional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEDUC promoveu junto aos educadores um projeto de formação com reuniões periódicas que abordava temas como DIVERSIDADE, RESPEITO ÀS DIFERENÇAS, PRECONCEITO, visando à sensibilização ao tema principal, a questão da Diversidade étnico-cultural e seus desdobramentos, como racismo. Em 2008, as ações da SEDUC em cumprimento da Lei n. 10.639/03, fez com que fosse convidada a participar da 2ª Conferência Regional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, momento de continuidade da discussão sobre a conscientização da sociedade quanto à igualdade étnica e racial e a prática de ações afirmativas voltadas para a área da Educação.

Tinhamos consciência de que problemas de cunho pedagógico e administrativos poderiam se impor no cotidiano escolar dificultando às ações propostas de formação de professores visando valorização da história e cultura africana e afro-brasileira. Obstáculos sempre existirão na implementação de políticas públicas, o que não impediu de que, desde o ano de 2004, os educadores da rede municipal de ensino participam anualmente de formações sobre a temática e são estimulados a trabalhar de forma interdisciplinar os temas sobre a cultura e história africana e afrobrasileira, aperfeiçoando, assim, seus saberes e transformando a realidade em sala de aula.

Ressaltamos que um dos grandes desafios encontrados na formação de professores foi a dificuldade em contemplar a totalidade dos 2500 profissionais integrantes do Magistério Público Municipal, em razão da necessidade de convocação, ou seja, formação em horário de trabalho e sua retirada da rotina escolar. As razões que impossibilitaram a participação de todos os educadores nas formações disponibilizadas pela SEDUC foram inúmeras, diante disso, adotamos a proposta de “professor multiplicador”, fazendo com que o participante da formação assumisse a responsabilidade em compartilhar seu aprendizado aos demais professores da escola em que atua, por meio das Reuniões de Aperfeiçoamento Pedagógico (RAP) com o acompanhamento do Coordenador Pedagógico.

Outra estratégia utilizada para implementação da lei 10.639/03 foi a oferta de oficinas direcionadas às escolas contemplando a temática para que, partir de habilidades conceituais, procedimentais e afetivas sobre a história do continente africano, promovessem

a sua valorização: oficina de bonecas africanas, de literatura infantil, de máscaras africanas, de grafismos, da História da África e da História do Brasil e de Santos. As oficinas proporcionaram ao corpo docente e discente das UMEs a possibilidade de vislumbrar alternativas para a prática pedagógica e novos desdobramentos sobre a questão da diversidade étnico-cultural brasileira em sala de aula.

Todas as ações educacionais ofertadas buscaram valorizar a autoestima dos afrodescendentes, perpassando pela valorização da história do continente africano e seus múltiplos aspectos culturais, religiosos, artísticos, sociais; pela desmistificação de estereótipos, pelo respeito às diferenças e sensibilização contra o racismo.

Vale ressaltar que a nossa participação como representantes da SEDUC em seminários externos, tanto estaduais e nacionais nos subsidiaram na organização e realização de seminários em nível municipal, como por exemplo, o “Seminário das Escolas Públicas em respeito às diferenças”, em parceria com a Diretoria Regional do Estado de São Paulo, onde a proposta versava sobre a oferta de um espaço onde os professores apresentam os trabalhos desenvolvidos durante o ano letivo e que tratam das questões raciais e valorização da cultura africana afrodescendente e indígena.<sup>3</sup>

O investimento da SEDUC em nossa formação, como professoras responsáveis pela implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas municipais, foi imprescindível. Participamos de cursos de pós-graduação “lato sensu” promovidos pela Universidade de São Paulo – USP e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Passamos a representar a SEDUC institucionalmente em várias esferas, como no Fórum Regional sobre a Lei 10.639/03, organizado pelo MEC, onde propomos ações inovadoras desenvolvidas na cidade de Santos para as demais regiões brasileiras.

Outra ação da SEDUC foi da premiação de projetos educacionais desenvolvidos nas UME, com o “Prêmio Educador Santista”. Um reconhecimento oficial em prol da qualidade da Educação e que demonstrou um aumento crescente em projetos escolares voltados para a temática da diversidade étnica, um indicativo da apropriação das demandas propostas nas formações de professores e dos projetos desenvolvidos nas escolas desde 2004.

Outro espaço de reflexão oferecido sistematicamente foi a Semana de Educação Professor Paulo Freire, instituída pela Lei Municipal nº 590 de 8 de maio de 1989. Um espaço anual para formação de todos os profissionais da Seduc e que, desde o ano de 2005, aborda entre os temas de interesses, a diversidade étnica no ambiente escolar por meio de palestras e oficinas com os educadores da rede pública municipal de Santos.

Para subsidiar a formação dos educadores foi adquirida uma vasta bibliografia sobre a História da África e questões raciais. Algumas obras foram enviadas para as Unidades Municipais de Educação, as demais fazem parte do acervo da biblioteca da Secretaria, “Mário Quintana”. Foi também enviada para as escolas uma relação de livros sobre o tema que o MEC disponibiliza de forma *on line* para a consulta do corpo discente e docente

3. Convocação de professores disponível em <https://diariooficial.santos.sp.gov.br/edicoes/leitura/mobile/2019-10-30/1>

visando também o incentivo para que as escolas aduiram para seus acervos obras voltadas à aplicação da Lei 10.639/03.

A elaboração de apostila, nomeada Vivenciando a História e Geografia de Santos por profissionais da SEDUC, aproximou educadores e alunos da história regional e contemplou a participação do negro na construção e no desenvolvimento da cidade<sup>4</sup>.

Para as atividades escolares cotidianas, foi reproduzido e distribuído para todas as Unidades Municipais de Educação, o material disponibilizado pelo pela SECAD/MEC intitulado “A Cor da Cultura”<sup>5</sup>.

Nos anos que ocorreram a distribuição de livros pelo Governo Federal por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foram realizadas reuniões com professores para orientação quanto a escolha de livros didáticos com vistas à legislação vigente, inclusive a Lei 10.639/03. Essa ação trouxe à tona uma nova questão a ser superada: as obras disponibilizadas aos alunos das escolas públicas mantinham, em sua maioria, o mesmo conteúdo e abordagem anteriores à Lei 10.639/03. Como aplicar o dispositivo legal, sem que os principais subsídios didáticos da educação pública, estejam em conformidade com o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação? Foi necessário uma manifestação oficial aos órgãos federais competentes bem como uma seleção criteriosa junto às coleções ofertadas pelo programa.

As ações afirmativas adotadas pelo Governo Federal também veio ao encontro a proposta da SEDUC em ampliar as ações direcionadas ao corpo discente das escolas. Neste sentido, foi apresentado um projeto à Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial ( SEPPIR) denominado “A lei 10.639/03 e a comunidade escolar”, desenvolvido a partir da utilização dos meios de comunicação, como rádio e jornal escrito, para discutir as questões raciais na sociedade brasileira junto às escolas de Ensino Fundamental.

Na Educação Infantil, a abordagem do tema foi realizada em parceria com o projeto da própria Secretaria denominado “Ler para conhecer o mundo”, com ênfase nos livros paradidáticos, especialmente os que tratam da diversidade da população brasileira, como também contos afrobrasileiros e africanos. Outra medida importante foi aquisição de bonecas negras e outros brinquedos que contemplem todas as etnias para as brinquedotecas das UMEs que atendem a Educação Infantil.

Continuando a política de parceria com o governo federal, em 2006, acatamos a oferta do Ministério da Educação (MEC) - por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e a Universidade de Brasília (UNB) - para que nossos educadores participassem do Programa de Educação Continuada em Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas: Lei 10.639/2003 (Educação – Africanidades

4. Disponível em <http://www.portal.santos.sp.gov.br/seduc/download/45/santos-vivenciando-a-historia-e-a-geografia>.

5. Disponível no site [www.acordacultura.org.br](http://www.acordacultura.org.br), a saber: Heróis de todo o mundo – gravar em mídia única todos os heróis; Cadernos do Professor: Cadernos 1, 2 e 3 e Memórias das palavras; Para saber mais – Sala de Música.

– Brasil)!. O curso foi em nível de extensão cujo objetivo principal foi formar professores(as) multiplicadores(as) com conhecimento sobre a História do negro no Brasil, oferecendo aporte necessário para uma atuar junto aos alunos na formação da cidadania no que se refere à cultura de matriz afro-brasileira.

Em 2007, mesmo já desenvolvendo de forma transversal a questão racial no currículo da rede pública municipal, foi acrescentada a temática Diversidade e História da África nos conteúdos pedagógicos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental ciclos I e II regular e EJA e, a partir de 2009, a temática indígena também teve o mesmo cuidado.

Com essa mentalidade, durante todo o mês de novembro, no bojo do dia 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares, foram realizadas atividades referentes ao tema. Anualmente, é comemorada a Semana da Consciência Negra bem como a Semana Quintino de Lacerda<sup>6</sup>, em 13 de maio, com atividades nas Unidades Municipais de Educação, bem como a distribuição de Informativo pedagógico sobre o tema. Algumas das atividades desenvolvidas foram realizadas em parceria com o Conselho Municipal de Participação da Comunidade Negra de Santos e com Coordenadoria de Igualdade Racial e Étnica de Santos - COPIRE.

Inicialmente, a partir da comemoração do “Dia Municipal do Turismo Étnico-Racial”, 20 de julho, e do mês de novembro, em decorrência do “Dia da Consciência Negra”, passou a ser realizado anualmente o “Roteiro étnico-histórico”. O projeto utilizasse da visita monitorada com professores e alunos da rede pública municipal para desvendar os locais que, historicamente, evidenciam a participação do negro na construção da cidade de Santos. Porém, por acreditar que o trato das questões raciais deve ser desenvolvido diariamente, a proposta se ampliou, acontecendo durante todo o ano letivo<sup>7</sup>.

Em comemoração do dia 20 de novembro, o Poder Executivo Municipal implantou o Fórum Permanente de Acompanhamento da Aplicação da Lei nº 10.639/03, com reuniões trimestrais e composto por representantes de toda a sociedade santista, espaço de discussão e proposições de ações afirmativas na esfera educacional da cidade.

A avaliação e monitoramento dessas ações ocorreu também por meio da aplicação de pesquisa diagnóstica institucional. A primeira pesquisa com os educadores da rede pública municipal ocorreu em 2012 e utilizou o método de amostragem, envolvendo 1710 de um total de 2500 educadores. A partir da resposta às 10(dez) questões que tratavam da prática pedagógica diante da Lei n. 10 639/03 chegou-se a algumas conclusões. Um número significativo de professores conhece a Lei n. 10.639/03 e concorda com sua aplicação, mas somente a metade destes sente-se apto para aplicá-la; mais da metade dos

---

6. Quintino de Lacerda, nascido escravo na Província de Sergipe, foi o primeiro líder político negro de Santos e chefe do Quilombo do Jabaquara, que recebia escravizados fugidos das fazendas de café do interior paulista. <https://www.novomilenio.inf.br/santos/poli1895b.htm>

7. Divulgação do evento disponível em <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/educadores-conhecem-historia-do-negro-na-cidade-assista-ao-video>. E <https://www.santos.sp.gov.br/?q=content/educadores-participam-de-encontro-para-formacao-de-relacoes-etnicas-na-escola>.

entrevistados nunca participou de formação específica sobre a temática, mas gostaria de participar; parte dos professores tem acesso a material pedagógico sobre a temática, mas grande parte deles alega que gostaria de ter acesso a tais materiais; quase a totalidade dos professores acredita em um trabalho interdisciplinar com a temática da diversidade étnica e que o assunto deva ser abordado ao longo de todo o ano letivo, em detrimento de datas comemorativas. Evidenciou a grande dificuldade diante da adoção formato presencial, exclusivamente. Diante disso, e no intuito de ampliar a participação dos educadores nas formações, o Centro de Inclusão Digital da Secretaria de Educação (CEMID) disponibilizou aos professores e demais interessados cursos à distância sobre cultura africana e afrobrasileira. Atualmente, em parceria com a Escola do Legislativo, órgão vinculado à Câmara Municipal de Santos, é disponibilizado à toda sociedade (professores e demais interessados) o curso “Diálogo sobre Diversidade – História e Cultura Afrobrasileiras e Indígenas”, que está em sua segunda edição.

Em razão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), após encontros com nossos professores, as temáticas referentes à Lei nº 10639/03 foram contempladas do 1º ao 9º ano, incorporados temas como: cultura negra, diversidade, história regional, história da África, entre outros. Material pedagógico regional está disponível no portal da Seduc<sup>8</sup> com sugestões e discussões sobre a temática.

No ano de 2020, em virtude da realidade que assola toda sociedade brasileira, passamos a oferecer formação *on line* aos educadores e funcionários das Unidades Municipais de Educação como cozinheiros, inspetores de alunos, entre outros. Essa prática permitiu um maior alcance e ampliou o número de participantes.

Considerando a continuidade da proposta por nós implementada na rede pública municipal desde o ano de 2004, e a necessidade de avaliar e reavaliar a política pública, foi aplicada uma segunda pesquisa institucional diagnóstico, no mesmo formato da anterior, e direcionada a professores e Coordenadores Pedagógicos com intuito traçar novas estratégias educacionais e garantir o cumprimento da Lei 11.645/08. O resultado apontou para a ampliação das formações para educadores bem como a necessidade de cada vez mais adquirir material que subsidie o professor em sala de aula. Constatou-se, ainda, que a Lei nº 10.639/03 é conhecida pela grande maioria dos profissionais da educação pesquisados e tem ciência de que o currículo das escolas públicas municipais contemplam a temática. É imprescindível que ações voltadas à aplicação da Lei nº 11.645/08 sejam ampliadas e inovadas, objetivando contemplar todos os profissionais da Educação e todas as Unidades Municipais de Educação.

---

8. Acesso pelo endereço eletrônico: <http://www.portal.santos.sp.gov.br/seduc/index.php>

## 2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a efetiva aplicação da Lei nº 10.639/03 diversas foram as tentativas de arranjos curriculares, desde a inclusão de novos conteúdos até a pesquisa de novas abordagens para conteúdos antigos, possibilitando concepções e perspectivas que privilegiem o modo de ver e compreender o mundo das populações afrodescendentes. Todas as propostas acima descritas continuam sendo desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Santos, com algumas alterações e adequações à realidade que ora se apresenta.

Neste sentido, a multiplicidade de raízes da nossa formação cultural não pode ser desconsiderada sob pena de se priorizar apenas a visão hegemônica e unilateral de mundo. Os currículos escolares devem contemplar o conhecimento de todos os povos, sem exclusão. Assim, a grande maioria que compõe a mestiçagem do país poderá reconhecer-se e ser reconhecida como detentora de valores humanos próprios e participe do processo de desenvolvimento.

A política pública adotada pela Secretaria Municipal de Educação de Santos em cumprimento à Lei n.º 10.639/03, continua com o desafio de revelar a importância da diversidade étnica e da pluralidade cultural no Brasil e fazer com que a escola reveja seus objetivos no sentido de garantir o direito à preservação e transmissão das tradições culturais dos diferentes grupos étnicos que compõem a nacionalidade.

Sob o enfoque da pluralidade, compete à escola difundir esses conhecimentos entre todos estudantes, como meio de compreensão e afirmação de nossa própria identidade multiétnica e pluricultural em que se fundamenta a defesa consciente dos valores de cidadania.

Os primeiros passos foram dados, mas o caminho ainda é longo e repleto de obstáculos. Para a eficácia da proposta deve-se esclarecer que todo o processo anterior já exposto é determinante, pois, inicialmente, foram várias as etapas, de esclarecimento, de sensibilização e de adoção de medidas efetivas a partir de subsídios pedagógicos e infraestrutura. O objetivo principal foi, e sempre será, assegurar o pluralismo por meio do estudo, análise e formação de agentes para a abordagem e divulgação da história e cultura da África e afro-brasileira, bem como garantir ações que visem à promoção da igualdade étnica e racial.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Rosângela “Janja” C. **A África e a Afro descendência: um debate sobre a cultura e o saber.** In SILVA, Cidinha da. *Ações Afirmativas em Educação: Experiências Brasileiras.* Summus, São Paulo, 2003.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.



BRASIL, LDB. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) >. Acesso em: 25 Jul2015.

FERNANDES, F., BORGES, P. J. B. e NOGUEIRA, O. **A questão racial vista por três professores**. In: **Revista USP**, 68, 2005-2006, p.168-179.

MUNANGA, Kabengele. **Redescutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Vozes. Petrópolis-RJ, 1999.

\_\_\_\_\_ **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**, Cadernos PENESB, n. 5, 2000, pp. 15 – 34.

. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**. In Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), Universidade Federal Fluminense, nº 12, 2010.

PERRENOUD, Phillippe et al. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002, cap. 1, p. 12.

SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício. **Memória D’Africa: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2007.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alfabetização 13, 34, 38, 88, 104, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 161, 162, 172, 197

Apoio Universitário 234

Atividade Formativa 150

### B

Bullying 105, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

### C

Competências Digitais 156, 157, 160, 165

Comunidade Escolar 28, 30, 32, 34, 53, 57, 58, 59, 60, 113, 114

Consciência Fonológica 142, 143, 148

Coordenação Pedagógica 113, 114, 117, 119, 221, 232

Currículo 15, 28, 29, 30, 35, 107, 121, 123, 124, 126, 130, 138, 152, 194, 198, 203, 205, 223, 226, 233, 250, 251

### D

Direito à Educação 39, 40, 41, 51, 201

### E

Educação Básica 15, 29, 53, 64, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 76, 85, 86, 88, 99, 101, 104, 109, 110, 111, 151, 165, 172, 179, 247, 249, 250, 252, 255, 256

Educação do Campo 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 76, 77, 79, 86, 88, 89

Educação Inclusiva 1, 62, 90, 91, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 166, 195, 201, 203, 205

Educação Profissional e Tecnológica 97, 173, 243, 244, 245, 249, 251, 256

Ensino na Saúde 206, 207, 208, 212, 215, 216, 217

Escola do Futuro 167

Escola Sem Partido 39, 40, 48, 51

### F

Financiamento 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88

Formação Continuada dos Professores 2, 67, 68, 69, 160

Formação de Professores 1, 7, 12, 30, 32, 65, 66, 67, 71, 73, 74, 76, 79, 101, 102, 110, 111, 151, 153, 158, 162, 164, 165, 173, 184, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 205, 208, 219, 233, 234, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256

Formação Docente 2, 1, 2, 5, 17, 24, 31, 66, 70, 75, 76, 87, 99, 111, 150, 151, 152, 156,

159, 160, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 206, 232, 248, 254

Formação Pedagógica 234, 243, 244, 245, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 256

## **G**

Gestão Democrática 12, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 256

## **I**

Inclusão Digital 36, 165, 172, 173, 182

## **L**

Liberdade de Ensino 39, 40, 41, 42, 43, 49, 50

Língua Brasileira de Sinais 91, 195, 196, 197, 199, 202, 203, 204, 205

Literacia Digital 156, 158, 161, 165

## **M**

Mediação Integral 234

Memórias 34, 220, 222, 223, 225, 226, 228, 229, 230, 232

Mestrado Profissional 206, 207, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219

Metodologias Inovadoras 127, 168

Mídias Sociais 46, 185, 187, 188

M-Learning 156, 158, 162, 163, 164, 165

## **N**

NAPNE 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Narrativas 26, 52, 57, 58, 62, 97, 225, 226

## **O**

Orientação Pedagógica 234

## **P**

PARFOR 150, 151, 153, 154

Periódicos 74, 150, 151, 152, 153, 154, 257

Pesquisa 4, 5, 6, 7, 9, 13, 14, 21, 35, 36, 37, 41, 45, 61, 63, 64, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 76, 77, 80, 81, 84, 87, 88, 89, 90, 103, 109, 110, 112, 116, 120, 121, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 144, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 174, 178, 179, 185, 186, 189, 193, 194, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 224, 225, 234, 235, 241, 242, 245, 247

Políticas Públicas 11, 12, 30, 65, 66, 76, 84, 90, 97, 107, 112, 126, 244, 254, 256

Portal do Professor 99, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 112

Prática Docente 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 47, 69, 99, 102, 110, 121, 132, 134, 158, 159, 162, 165,

194, 207, 224, 254

Primeira Infância 137, 220

Professor Pesquisador 1, 5, 6, 7, 151, 153, 154

Psicologia Escolar 99, 100, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111, 112

## **S**

SEDUC 9, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36

## **T**


Tecnologias Digitais Educacionais 167


## **Y**


Youtube 22, 46, 63, 101, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194


# Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 


 **Atena**  
Editora

Ano 2021

# Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021